



Revista Brasileira de CIÊNCIAS DO ESPORTE

www.rbceonline.org.br



ARTIGO ORIGINAL

Revista Brasileira de Ciências do Esporte: dificuldades, desafios e dilemas da editoração científica[☆]

Alexandre Fernandez Vaz^{a,d}, Felipe Quintão de Almeida^{b,d}, Jaison José Bassani^{c,d}

^aDepartamento de Metodologia de Ensino, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Pesquisador CNPq, Florianópolis, SC, Brasil

^bDepartamento de Ginástica, Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil

^cDepartamento de Educação Física, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil

^dEditor da Revista Brasileira de Ciências do Esporte

Recebido em 31 de julho de 2013; aceito em 13 de outubro de 2013

PALAVRAS-CHAVE

Periódicos;
Pós-graduação;
Ciência;
Educação física

Resumo O artigo discute desafios, dificuldades e dilemas da editoração de periódicos científicos, a partir da experiência como editores da *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* (RBCE). Problematiza a necessidade da internacionalização da produção do conhecimento e dos periódicos nacionais, um imperativo que se apresenta aos editores das revistas na atualidade, questão fortemente vinculada às expectativas de progresso na pós-graduação. Aponta vicissitudes desse quadro para uma área de intervenção e procura mostrar suas ambiguidades no que se refere às más condutas acadêmicas.

© 2014 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Todos os direitos reservados.

KEYWORDS

Scientific magazines;
Post-graduation;
Science;
Physical education

Brazilian Journal of Sports Sciences: difficulties, challenges and dilemmas of scientific publishing

Abstract This paper presents difficulties, challenges and dilemmas of scientific magazines publishing, taking into account the experience by *Brazilian Journal of Sports Sciences* (RBCE). It discusses the demands of internationalization of knowledge and of the national magazines – a problem faced by publishers in relation of post-graduation's demands. The paper suggests that these questions may be problematic for a pedagogical area like Physical Education and show some ambiguities regarding bad academic practices.

© 2014 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Published by Elsevier Editora Ltda. All rights reserved.

[☆]Texto dedicado a todos(as) os(as) editores(as) da *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* (RBCE) e às suas respectivas equipes editoriais (em especial a nossa).

*Autor para correspondência.

E-mail: alexfvaz@uol.com.br (A.F. Vaz).

PALABRAS CLAVE

Periódicos;
Pos-graduação;
Ciência;
Educação física

Revista Brasileira de Ciencias del Deporte: dificultades, desafíos e dilemas de la edición científica

Resumen El artículo discute desafíos, dificultades y dilemas de la edición de periódicos científicos, a partir de la experiencia como editores de la *Revista Brasileira de Ciencias del Deporte* (RBCE). Problematisa la necesidad de la internacionalización de la producción del conocimiento y de los periódicos nacionales, un imperativo que se presenta a los editores de las revistas en la actualidad, cuestión fuertemente vinculada a las expectativas de progreso en la pos-graduação. Apunta vicisitudes dese cuadro para una área de investigación y procura mostrar sus ambigüedades en lo que se refiere a las malas conductas académicas.

© 2014 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Todos los derechos reservados.

Os impactos da avaliação nos periódicos: dilemas políticos e epistemológicos para os editores

No presente artigo vamos discutir uma das marcas do que se pode chamar de terceiro ciclo de vida da RBCE, em curso desde meados dos anos 2000 e demarcado pela internacionalização dos periódicos e do sistema de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em toda sua extensão.¹ Esse é um processo muito importante, se considerarmos a assertiva de Manoel e Carvalho (2011), segundo a qual, a partir de 1998, a avaliação da Pós-Graduação passou a ter como uma referência central esse critério. De forma geral, o entendimento corrente passa a ser o de que quanto maior sua inserção internacional, melhor é a avaliação do programa, com a consequente disponibilização de mais recursos financeiros e de infraestrutura.

Este não é um processo restrito à Educação Física. A internacionalização da produção científica dominou os debates do “II Seminário de avaliação do desempenho dos periódicos brasileiros no *Journal of Citation Reports* (JCR) 2010”,² reunião promovida, em 2011, pelo SciELO,³ com editores das revistas indexadas em sua base (entre elas, a RBCE). A conclusão do seminário foi a de que a ciência brasileira é pouco conhecida no exterior, apesar do rápido crescimento do número de pesquisadores brasileiros publicando em revistas internacionais (Job, 2012). Nesse contexto, segundo afirmou Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da FAPESP, a ciência brasileira precisa “chegar mais no mundo”, ou seja, internacionalizar-se, pois os artigos em periódicos estrangeiros seriam cinco vezes mais citados do que aqueles veiculados em revistas

com pouca inserção global. Isso se expressa, entre outras métricas, quando observamos que o Fator de Impacto (FI)⁴ dos periódicos publicados no Brasil, relativamente baixo, mesmo naqueles considerados internacionais. Em outros termos, somente 10% de nossas revistas estariam com FI acima da média mundial. Qual a solução sugerida para o incremento de nossos periódicos? Que recebam citações fora do país, pois isso aumenta o FI.

Entre as estratégias compartilhadas no seminário, figurou a imprescindível publicação em inglês (ou, para o caso das revistas que publicam em português, a disponibilização dos artigos em outras línguas) e o incentivo à autocitação, ou seja, que os autores citem as revistas a que estão submetendo seus trabalhos ou citem seus próprios textos.⁵ Essa foi concebida como uma alternativa profícua, pois permitiria elevar o FI dos periódicos e, como consequência, o Fator H (FH) dos pesquisadores, métrica calculada pela *SciVerse Scopus* (outra importante base de dados) e utilizada para quantificar a produtividade e o impacto de cientistas baseando-se nos seus *papers* mais citados.

Considerando o imperativo da internacionalização, os periódicos têm adotado políticas editoriais com o propósito de facilitar sua inserção internacional. O caminho “natural” para os editores é buscar aceitação naquelas bases indexadoras mais reconhecidas internacionalmente. Nesse caso, as duas eleitas são a WoS e a Scopus, já que fora delas não se obtém o FI nem o FH.⁶

Também para os editores de periódicos da Educação Física tornou-se cada vez mais inevitável reconhecer a importância dessas bases indexadoras e, consequentemente, obter tais índices. Isso tem gerado, na área, um “surto bibliométrico”, no sentido de preparar as revistas em relação aos rígidos critérios estabelecidos para inserção e manutenção nessas bases. Não surpreende ganhar fôlego, no campo, uma literatura interessada em tais critérios (Ferreira Neto;

1. O primeiro ciclo vai do número inicial até as publicações do final dos anos 1980, e é marcado por certo pioneirismo na editoração científica de revistas; o segundo, do início dos anos 1990 até meados da década de 2000, caracteriza-se pela forte preocupação em elevar os padrões de cientificidade da revista.

2. O JCR permite verificar os periódicos mais citados em uma determinada área e a relevância da publicação para a comunidade científica. A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o considera um parâmetro central na definição do padrão internacional de uma revista.

3. O SciELO é mantido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME).

4. Cálculo que reflete o número médio de citações de artigos científicos publicados em um determinado periódico. O fator de impacto publicado pelo JCR é um subproduto da *Web of Science* (WoS), da empresa *Thomson Scientific*. O indicador é utilizado para medir o impacto (inter) nacional de um periódico, mas, também, a qualidade do que veicula.

5. Reside aqui um importante risco de burlar o sistema. Trataremos disso adiante.

6. Não deixa de ser surpreendente, nesse quesito, que o Qualis-periódicos ignore outras métricas, como o próprio FI (e demais métricas) do SciELO.

Nascimento, 2002; Job, 2006; Job; Fraga; Molina Neto, 2008; Job; Mattos; Schneider *et al.*, 2009; Trindade, 2009; Villamón *et al.*, 2012). Para esses autores, é consensual a ideia segundo a qual uma revista é avaliada principalmente por seu desempenho (avaliação de forma) em termos bibliométricos, aceitando-se com isso que a qualidade do que ela publica daí se deriva. Estão de acordo, além disso, que as revistas existentes, e com reconhecida importância/tradição na área da Educação Física, precisam de indexação nas bases mais importantes, já que isso lhes possibilitaria avançar em direção aos estratos superiores do Qualis-periódicos. Mais importante do que criar novas revistas é, portanto, qualificar as já existentes. Para os pesquisadores da área, isso significaria a ampliação das opções de publicação, que são ainda relativamente restritas, se considerar os estratos superiores da avaliação do Qualis. Para os editores, seria muito oportuno, pois como são pouquíssimas as revistas nacionais nesses estratos, os autores privilegiam a submissão de artigos quase sempre às mesmas, o que ocasiona inúmeras dificuldades editoriais (aumento exponencial das submissões, “fila” de publicação – que resulta na demora da divulgação do artigo – submissões múltiplas da mesma autoria etc.).

Além da necessidade de obter indexação em bases consideradas relevantes, as revistas têm encaminhado outras políticas editoriais com vistas a aumentar sua inserção internacional. No seminário antes mencionado, tomamos conhecimento do caso da *Clinics*, publicação oficial do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (e, até então, um dos maiores FI dos periódicos brasileiros, superior a 2.0). Após 59 anos circulando com a designação Revista do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, os editores decidiram mudar a denominação da revista na expectativa de tornar a *Clinics* “[...] mais acessível no mundo e, deste modo atingir nossa meta de torná-la uma revista de impacto internacional, dentro de um prazo possível” (Silva, 2005, p. 1). A mudança do título foi complementada, também em 2005, com a decisão de publicar somente em inglês.

Iniciativas como essas começam a acontecer também na Educação Física. Pioneiro é o caso da revista *Motriz*, que em 2012 anunciou que “[...] *guidelines and language were modified to meet the goal of making Motriz an international journal*” (Mauerberg-Decastro; Moraes; Machado, s/p, 2013). O argumento em nada difere do utilizado pela *Clinics* ou do que foi sublinhado no seminário de 2011, anteriormente referido. A tendência, aliás, é que os editores sejam pressionados nessa direção. Nós mesmos, na RBCE, experimentamos isso ao solicitar indexação no *Physical Education Index*. Fomos advertidos pela base que o processo de avaliação não poderia ser iniciado, pois a RBCE não publica em inglês.⁷ Na verdade, a RBCE publica em inglês se o artigo for submetido neste idioma, mas não se trata de obrigação.

7. “Os tempos são outros” para a RBCE. Nos anos 1980, o dilema de publicar ou não em inglês não estava colocado. Prova disso é que a revista decidiu abandonar a publicação nessa língua sem muita preocupação com as consequências, para a área, dessa decisão editorial (Normas de publicação, 1989). Antes disso, as colaborações em inglês que a revista recebia eram traduzidas para o português pelo próprio periódico (Normas de publicação, v. 4, n. 1, 1982).

O dilema colocado, então, passa pela obrigatoriedade ou não da publicação em inglês. O que se ganha e o que se perde ao se assumir o inglês como a língua oficial de publicação? Quais os impactos políticos dessa decisão para uma área com as características da Educação Física? O que representaria essa decisão para quem está no âmbito da intervenção profissional? O que significaria para um campo acadêmico que tem a seu dispor poucas revistas classificadas nos estratos superiores do Qualis-periódicos? Problemas como esses necessitam de uma reflexão ampla, pois produzem impactos de curto e de longo prazo, talvez nem todos positivos, em qualquer área acadêmica.

A RBCE, nesse contexto, não está alheia a esse “surto bibliométrico” e ao imperativo da internacionalização, de modo que tem procurado garantir/aumentar seus “padrões de cientificidade”. Não surpreende as inúmeras modificações de “conteúdo” e “forma” que vem sofrendo desde seu segundo ciclo de vida (e que culminaram na necessidade de sua profissionalização) e que se expressam nas recentes indexações obtidas em bases internacionais.⁸ Apesar disso, algumas dúvidas podem ser dirigidas aos indicadores bibliométricos (e à internacionalização) como critérios únicos de avaliação da qualidade de um periódico. Nos próprios editoriais da RBCE defendemos a necessidade de se ampliar esses critérios no âmbito da “Área 21” (Vaz; Almeida; Bassani, 2009), argumentando sobre a impossibilidade de um padrão único para a avaliação dos artigos e alertando sobre as consequências “[...] para a produção e para a veiculação do conhecimento produzido em ciências humanas quando nossos periódicos se conformam pelas regras das ciências naturais.” (Vaz; Almeida; Bassani, 2010). A esse “coro” se juntam outros colegas que, em uníssono, têm destacado a necessidade de as agências responsáveis pela avaliação apresentarem alternativas que considerem as especificidades de cada área. Muitos, nesse âmbito, estão de acordo que as produções socioculturais e pedagógicas não devem ser avaliadas pelos mesmos parâmetros das áreas biomédicas (Betti *et al.*, 2004; Carvalho; Manoel, 2006; Costa; Silva; Soriano, 2012; Daolio, 2007; Lovisolo, 2003; Manoel; Carvalho, 2011; Resende; Votre, 2003; Rigo; Ribeiro; Hallal, 2011; Soriano; Marchlewski; Maia da Silva, 2011). Essa é uma reivindicação que, se não observada, pode ocasionar a extinção gradual, mas inexorável, dos docentes da área sociocultural e pedagógica do âmbito da Pós-Graduação *stricto sensu*. Observamos que muitos pesquisadores desistem da Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Física ou, mesmo, migram para áreas em que sua produção acadêmica é mais valorizada. Não se admite, portanto, que as agências de avaliação desconsiderem as limitações dos indicadores bibliométricos como critério exclusivo para qualificar a produção. Críticas a eles são abundantes na literatura (Soriano; Marchlewski; Maia da Silva, 2011; Villamón *et al.*, 2012; Manoel; Carvalho, 2011; Carvalho; Manoel, 2006; Bracht, 2006, 2007; Rigo; Ribeiro; Hallal, 2011; Job; Fraga; Molina Neto, 2008; Job, 2012; Lovisolo,

8. Antes mesmo de se transformar no parâmetro definidor das políticas de avaliação, a indexação em bases internacionais já era uma pretensão anunciada na década de 1990 (Editorial, v. 17, n. 2, 1996). Recentemente, recebemos a notícia de que a RBCE conseguiu sua indexação na WoS e na base SCOPUS.

2003; Rodrigues, 2007).⁹ Em comum, as ponderações sobre suas insuficiências indicam que não podem ser empregados, de modo absoluto, para avaliar a qualidade de um periódico, pois talvez ocultem diferenças importantes ao misturarem produções diversas e incomparáveis entre áreas e subáreas. Conforme observam Manoel e Carvalho (2011), até mesmo Eugene Garfield, criador do FI, identificou distorções que desse sistema poderiam resultar.¹⁰ Ao invés de repensar a avaliação, discutindo as alternativas existentes, o sistema pune aqueles que não conseguem se adequar às suas regras, negativamente adjetivados de improdutivos. Quando não é o sistema que penaliza (normalmente com a exclusão dos pesquisadores dos quadros da Pós-Graduação ou, então, rebaixando as revistas no Qualis-periódicos), são as próprias agências indexadoras que dão o exemplo, eliminando de seus quadros aquelas periódicas que tentam “manejar” as regras do jogo em benefício próprio. Um exemplo recente foi noticiado pelo JCR, que excluiu seis periódicos brasileiros da edição de 2012 do cálculo anual do FI porque foram identificadas anomalias na concessão de citações bibliográficas, seja por excesso de autocitações ou possível arranjo entre periódicos na publicação de artigos com alta concentração de citações concedidas entre si. Em outras palavras, esses periódicos foram acusados de insuflar artificialmente seus FI.¹¹ Nesse contexto, mais dilemas se apresentam aos editores e às revistas. A situação é paradoxal e de difícil solução, pois as políticas de avaliação dos periódicos incentivam a autocitação (tanto do periódico, como da própria autoria), mas isso deve ser conduzido de modo que não caracterize má conduta acadêmica.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito à mudança de comportamento dos pesquisadores para publicarem mais. Costa, Silva e Soriano (2012, p. 585) citam um levantamento realizado pela revista *Nature*. Dos 150 leitores participantes da consulta, “[...] 50,7% disseram que mudaram seu comportamento devido à forma com que eles estavam sendo avaliados, e 71,3% se disseram preocupados com seus colegas, pois poderiam estar jogando e enganando o sistema para se sair bem nas avaliações”.

9. As agências de avaliação não são insensíveis a essas limitações. Um exemplo é o estabelecimento, na última avaliação trienal da área 21, da “glosa” para artigos alheios à identidade da área e seus programas. O entendimento da comissão é o de que produções em periódicos fora do escopo da área 21 e das áreas de concentração dos programas dificultam o desenvolvimento de uma estrutura acadêmica coerentemente organizada e alinhada (CAPES, 2013). Por outro lado, observa-se uma valorização maior e mais frequente de periódicos de Ciências Humanas e Sociais.

10. Para Garfield (1996), embora avaliações de periódicos sejam importantes, a do corpo docente é um exercício muito mais decisivo, afetando carreiras individuais. Números de impacto não deveriam ser utilizados como substitutos a não ser em situações excepcionais. Além disso, não basta contabilizar quantas vezes um artigo é citado, mas é fundamental que se considere por que ele é citado, pois trabalhos publicados em revistas com alto fator de impacto não necessariamente são artigos de impacto numa área de conhecimento (Garfield, 1994).

11. A *Clinics* é uma dessas seis revistas. Para mais informações, conferir: http://admin-apps.webofknowledge.com/JCR/static_html/notices/notices.htm. Acesso em: 20 out. 2013.

Os procedimentos referentes à má conduta acadêmica são cada vez mais observados no cotidiano da editoração de periódicos científicos, o que coloca os editores diante de problemas éticos às vezes muito difíceis.¹² Parece estar se instalando uma “cultura da trapaça” entre os pesquisadores, que se manifesta em estratégias como o fatiamento da produção, chamada jocosamente de “Salame Science”, as múltiplas autorias dos artigos (autoria-concedida), autoria-fantasma, o autoplágio, publicação duplicada, entre outros exemplos. Nos casos mais extremos, as práticas de falsificação, fabricação e plágio também são identificadas (Job, 2010; Job; Mattos; Trindade, 2009). Como editores da RBCE, cada vez mais nos deparamos com situações desse tipo, a ponto de merecer um comentário no primeiro editorial de 2013 (Vaz; Almeida; Bassani, 2013). Como controlar, em meio a um exponencial aumento de submissões, o que está conforme as “regras do jogo” e aquilo que caracteriza um embuste? As regras do jogo induzem ao erro e impelem à má conduta acadêmica?

Em circunstâncias como essas, o adágio *publish or perish* torna-se popular entre os pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação. O receio instalado é o de que a necessidade de publicação a qualquer custo possa levar a um déficit na qualidade daquilo que é produzido, pois é preciso publicar mais, não necessariamente melhor. De igual modo, pode inibir a inovação e a criatividade em favor de apostar na publicação garantida. Os artigos muitas vezes são burocráticos, corretos e adequados aos parâmetros sugeridos, mas poucos originais (Lovisolo, 2003, 2007). Os editores ficam reféns dessas situações, pois apesar de as políticas de seção indicar a publicação de artigos originais, a relevância e o ineditismo das pesquisas não se configuram, efetivamente, como critérios definidores de aprovação ou exclusão da avaliação. Os pesquisadores, antes vistos como intelectuais, são avaliados (e admirados!) menos pelo conteúdo de suas ideias ou por sua capacidade de pensar, mas em função da sua egrégia competência de produzir (preferencialmente em língua inglesa e em periódicos de alto impacto!). Nesse contexto, a produtividade intelectual tornou-se sinônimo de *produtivismo*.

A especificidade de uma prática social como a Educação Física é outro aspecto que apresenta problemas ao imperativo da internacionalização, pois é preciso se perguntar pelas consequências desse ditame para uma área profissionalizante que tem sua tradição atrelada à intervenção (Bracht, 2007, 2011; Lovisolo, 2007; Manoel; Carvalho, 2011). Quais as (des)vantagens em se estabelecer a internacionalização como prioridade absoluta do conhecimento veiculado nos periódicos? Conforme a interpretação de Bracht (2006, s/p):

“Embora a inserção e o intercâmbio internacional possam ser entendidos como um aspecto salutar e fomentador do desenvolvimento de uma área como a Educação Física,

12. O CNPq estabeleceu uma Comissão de Integridade na Atividade Científica para deliberar sobre casos que podem representar má conduta acadêmica. Maiores informações podem ser acessadas em: <http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao5>. A FAPESP também deliberou sobre o assunto, elaborando um código de boas práticas científicas (que pode ser acessado em: <http://www.fapesp.br/boaspraticas/>). Acesso: 13 out. 2013.

é preciso cautela em colocar essa perspectiva como prioridade, como meta a ser alcançada necessariamente, ou mesmo, como identificador absoluto da qualidade da produção da área. Parece-nos que áreas como a Educação Física, que tem a característica da intervenção social imediata, não podem prescindir de um conhecimento situado (localizado), o que não significa abrir mão do conhecimento internacional, mas redimensiona sua importância.”

O “surto cientificista” em curso, contudo, tem levado a um esquecimento da “tradição” da Educação Física. A vontade de ciência (do prestígio a ela vinculado) tem como efeito uma reificação da prática científica, que culmina com o “[...] esquecimento sistemático das questões afetas ao sentido original da investigação na Educação Física e que, a nosso ver, estão intimamente ligadas à função social dessa prática humana” (Bracht, 2011, s/p). Bracht (2007) chega a sentenciar: quanto mais perto da CAPES e seus critérios, mais longe da escola. Na avaliação de Lovisolo (2003), estaríamos na paradoxal situação de sermos uma área profissional, orientada para a intervenção, que resiste a ser profissional. Isso, claro, repercute nas revistas da área. As regulações parecem indicar que estar na pesquisa ou, então, publicar em periódicos internacionais, tem maior importância que o significado, teórico ou social, da própria intervenção. Nessas circunstâncias, qualidade não é sinônimo do impacto social do conhecimento produzido, mas da visibilidade que os periódicos têm (o número de vezes que é citado na comunidade científica). Soma-se a isso o fato de a maior inserção internacional dos periódicos não corresponder, necessariamente, ao maior desenvolvimento local da prática profissional. Pesquisas precisariam ser realizadas com o propósito de verificar essa dualidade.¹³

Ainda para Bracht (2006, s/p), isso coloca os periódicos diante de outro dilema: “[...] em que medida o formato acadêmico de divulgação científica, que é privilegiado e entendido como atendendo critérios científicos, é o mais adequado, isto é, atende às necessidades do desenvolvimento da área como um todo?” Ou, então, como perguntam Manoel e Carvalho (2006, p. 209): “Para as comunidades nacional, regional e local, qual artigo traz maior contribuição, aquele que é publicado numa revista ISI com fator de impacto 3.0, mas que nunca é citado por outros, ou aquele que é veiculado numa revista nacional lida por centenas de acadêmicos, profissionais e estudantes?” Em tais circunstâncias, e na medida em que os periódicos são pressionados a privilegiar a inserção internacional e os critérios acadêmicos, afastam-se dos conhecimentos mais fortemente associados à intervenção profissional.

Diante desse quadro, uma alternativa é a criação de revistas destinadas à veiculação desse tipo de saber, mas, também, a elaboração de critérios mais afeitos às suas

características. No caso do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), os *Cadernos de Formação RBCE* são expressão de uma política editorial nessa direção. Entidade científica, o CBCE se ocupa do debate e da organização da pesquisa em Educação Física/Ciências do Esporte, mas não deve esquecer do diálogo com aqueles que diariamente intervêm na prática pedagógica. Não é sempre que a pesquisa dialoga diretamente com a intervenção, nem é necessário que assim seja. Boas pesquisas básicas, assim como certo desinteresse nos resultados imediatos, são elementos muito importantes de uma área acadêmica. Mas, tal diálogo é essencial para uma área de intervenção como a Educação Física. Não só resultados de pesquisa associada à prática, como também bons relatos de experiência e reflexões prospectivas, podem ser ótimos materiais de formação. Os *Cadernos de Formação RBCE* vêm tentando contribuir na consecução desta tarefa (Vaz; Almeida; Bassani, 2012).

Sua criação, contudo, não dissolve os dilemas atuais, pois se os critérios de avaliação não se modificarem, prevalecerá a compreensão do editor de uma revista da área da Medicina que estava presente no seminário antes aludido: aquelas revistas de “consultório” (que têm uma dimensão atrelada ao campo profissional), além de não divulgarem ciência propriamente dita, jamais chegarão ao FI desejável para uma boa revista de caráter internacional. No máximo, são revistas de divulgação científica – que cumprem, no entanto, um importante papel na sociedade, é bom que se lembre. Segundo essa compreensão, os *Cadernos de Formação da RBCE* seriam uma revista desse tipo, portanto, menos *hard*, menos científica, pois o sistema de avaliação continua a medir sua qualidade com parâmetros que desconsideram as especificidades do público a que se dirige, mas, também, do saber que veicula.¹⁴

Em condições como essas, afirma Bracht (2006), é fundamental que os representantes da Educação Física, no âmbito da “Área 21”, lutem por sua autonomia no sentido de fixar regras de avaliação dos periódicos que digam mais respeito às especificidades da área.

Considerações finais

Tratamos dos desafios que o ditame da internacionalização tem apresentado aos editores e às revistas que gerenciam. Nossa análise indica que uma política científica em favor do imperativo de internacionalização está envolta em ambiguidades e paradoxos. Ao enfrentá-los, é preciso, por um lado, buscar uma autonomia relativa em relação às bases indexadoras internacionais, considerando as especificidades de cada área; por outro, contudo, é vital não “demonizá-las”, entendendo-as, de forma simplista, como expressão do colonialismo dos países mais desenvolvidos sobre os periféricos. De igual modo, é necessário não interpretar a internacionalização da produção científica nacional como resultado de um fetichismo na mentalidade de pesquisadores alienados – como, entre outros, ressalta Ouriques (2011) – que contribuiria para aumentar o fosso entre os países mais desenvolvidos e os países dependentes

13. Lovisolo (2003, 2007) e Ouriques (2011) notam uma tensão entre a produção de artigos científicos e inovação tecnológica, tanto do ponto de vista do número de patentes registradas, quanto do ponto de vista da produção do conhecimento que resulta em inovação e desenvolvimento local. Para ambos, desenvolvimento da Pós-Graduação não é sinônimo de desenvolvimento científico de um país.

14. O Qualis-periódico, até o momento, é indiferente a essas necessidades. Prova disso é que avaliou os *Cadernos de Formação RBCE* conforme os critérios atuais, inserindo-o no estrato B4.

da América Latina, como o Brasil.¹⁵ Não se trata, portanto, de ser contra a internacionalização da produção “pura e simplesmente”, mas de incentivar esse processo sem provocar anomalias nos campos científicos e, também, sem deixar de problematizar seus impactos nas áreas que, como a Educação Física, se caracteriza pela intervenção profissional. O momento, portanto, é de materializar mudanças a partir de alternativas existentes (e das que estão por vir). Se os óbices da política de avaliação em curso estão muito evidentes, o desafio é superá-los.

Nem todos os problemas que envolvem a editoração científica na atualidade puderam ser discutidos no artigo. Há outros que, mais dia menos dia, baterão à porta dos editores da Educação Física. Destacamos, entre tantos, a questão do pagamento para publicação¹⁶ para o trabalho realizado por editores e revisores, presente em revistas de outros países e áreas. Ou, então, o estabelecimento de algum tipo de “reconhecimento”, nas políticas de avaliação vigentes, para os envolvidos com a editoração, em suas diversas facetas.¹⁷ Embora possam ser medidas necessárias à completa profissionalização da editoração científica, não temos, no campo e nas agências de regulação, debate suficientemente feito a esse respeito. O que temos a nossa disposição são os modelos europeus e o norte-americano, que optaram pela completa privatização da editoração científica, dominada por grandes editoras multinacionais.¹⁸ Esse será o nosso caminho? O que CNPq e CAPES têm em sua agenda em relação a isso? A julgar pela escassez de recursos financeiros destinados à editoração de revistas, o futuro não parece muito animador.

As dificuldades, os desafios e os dilemas da editoração científica, conforme se pode ler em alguns editoriais assinados por nossa gestão, serão sempre mais bem enfrentados graças a um trabalho cooperativo entre os próprios periódicos. Por exemplo, o financiamento para a RBCE não pode significar o prejuízo de outra revista, que fique à míngua e sem condições de manter qualidade e periodicidade em dia. Afinal, deveríamos ser parceiros da mesma área, não concorrentes! Também para as revistas e seus editores serve o que Beck (1997) escreveu em outro contexto: não há soluções biográficas (ou individuais) para

15. Num tempo de globalização econômica, política, cultural e científica, quando as fronteiras nacionais tornam-se cada vez mais difusas, em que medida um discurso contrário à internacionalização da produção científica nacional é a melhor estratégia política para a ciência brasileira? Nessas circunstâncias, é infrutífera a polarização entre revistas internacionais e nacionais, pois devemos trabalhar para que os periódicos nacionais tornem-se fortes globalmente sem perder de vista os interesses locais, regionais e da Nação, alcançando, assim, a soberania científica.

16. Se os periódicos são da “área” e não dos editores, os Programas de Pós-Graduação não poderiam pagar a publicação de artigos de seus professores? Pesquisadores com taxa de bancada ou com outros financiamentos públicos também não poderiam contribuir para a manutenção dos periódicos?

17. O editor de revista, normalmente um docente de um Programa de Pós-Graduação, não pode ser penalizado no sistema. Ao mesmo tempo que tem limites para publicar no periódico que edita, não é premiado por ajudar a manter o campo acadêmico. É preciso pensar em estratégias de proteção para essa função.

18. Por exemplo, “Thomson Reuters”, com sede nos EUA, é um enorme conglomerado de empresas de comunicação responsável pela “WoS”. “SciVerse Scopus”, por sua vez, é um produto da multinacional editora Elsevier, com sede na Holanda.

contradições que são sistêmicas, ou seja, que resultam da atual organização da Pós-Graduação Stricto-Sensu da Educação Física brasileira. Só coletivamente poderemos estabelecer alternativas viáveis às contradições que nos acometem, conseqüentemente, na editoração científica.

Conflitos de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Referências

- Beck, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: Giddens, A.; Beck, U.; Lash, S. (Org.). *Modernização reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1997. p. 11-71.
- Betti, M. et al. A avaliação da educação física em debate: implicações para a subárea pedagógica e sociocultural. RBP. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 1, p. 183-194, 2004.
- Bracht, V. *Por uma política científica para a educação física com ênfase na pós-graduação*. Texto apresentado no “Fórum Permanente de Pós-Graduação em Educação Física”, promovido pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e realizado na Unicamp, entre os dias 7 e 8 de agosto de 2006. Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/br/acontece/materia.asp?id=312>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- _____. O CBCE e a pós-graduação stricto sensu da educação física brasileira. In: In: Carvalho, Y. M.; Linhares, M. A. (Org.). *Política científica e produção de conhecimento em educação física*. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007. p. 73-85.
- _____. *Educação física e ciência: novas cenas de um casamento (in)feliz*. Palestra proferida no seminário internacional “O campo acadêmico no cenário internacional”, promovido pelo Ephysis e realizado no dia 2 de setembro de 2011 na Escola de Educação Física e Esportes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- CAPES. Documento de área. 2013. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyflHRyaWVuYWwtMjAxM3xneDoyODNmNjJjODc1OTRjZTUw>. Acesso em: 5 jan. 2014.
- Carvalho, Y. M.; Manoel, E. J. Para além dos indicadores de avaliação da produção intelectual na grande área da saúde. *Movimento*, Porto Alegre, v. 12, p. 193-225, 2006.
- Costa, M. V.; Silva, P. M.; Soriano, J. B. A avaliação da produtividade em pesquisa na Educação Física: reflexões sobre algumas limitações dos indicadores bibliométricos. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 26, p. 581-597, 2012.
- Daolio, J. O ser o tempo da pesquisa sociocultural em educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 29, p. 49-60, 2007.
- Ferreira Neto, A.; Nascimento, A. C. S. Periódicos científicos da educação física: proposta de avaliação. *Movimento*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 35-49, 2002.
- Garfield, E. Dispelling a Few Common Myths About Journal Citation Impacts. *The Scientist*, v. 11, n. 3, p. 11, 1994.
- _____. Fortnightly Review: How Can Impact Factors be Improved? *BMJ*, 313, p. 411-3, 1996.
- Job, I. Análise bibliométrica das teses de uma comunidade científica em educação física com uso do método indiciário. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 28, p. 201-16, 2006.

- _____. Aspectos éticos nas publicações científicas. *Caderno de Educação Física*, Marechal Cândido Rondon, v. 9, p. 103-12, 2010.
- _____. Revistas em educação física e esportes no Brasil: uma breve revisão. *Kínesis*, Santa Maria, v. 30, p. 21-34, 2012.
- Job, I.; Fraga, A. B.; Molina Neto, V. M. Invisibilidade das revistas científicas brasileiras de educação física nas bases de dados. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, Lisboa, v. 1, p. 14-26, 2008.
- Job, I.; Mattos, A. M.; Trindade, A. Processo de revisão pelos pares: por que são rejeitados os manuscritos submetidos a um periódico científico? *Movimento*, Porto Alegre, v. 15, p. 35-56, 2009.
- Lovisoló, H. R. A política de pesquisa e a mediocridade possível. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 24, n. 2, p. 7-216, p. 97-114, 2003.
- _____. Levantando o sarrafo ou dando tiro no pé: critérios de avaliação e qualis das pós-graduações em Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 29, p. 23-34, 2007.
- Manoel, E. J.; Carvalho, Y. M. Pós-Graduação na educação física brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, p. 389-406, 2011.
- Mauerberg-Decastro, E.; Moraes, R.; Machado, A. A. A new pathway for Motriz: challenges and commitments. *Motriz*, Rio Claro, v. 19, n. 3, s/p, jul./set. 2013.
- Normas de publicação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Volta Redonda, v. 4, n. 1, p. 21-24, set. 1982.
- Normas de publicação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Volta Redonda, v. 10, n. 2, p. 49, jan. 1989.
- Ouriques, N. Ciência e pós-graduação na universidade brasileira. In: Rampinelli, W. J.; Ouriques, N. (Orgs.). *Crítica à razão acadêmica: reflexão sobre a universidade contemporânea*. Florianópolis: Insular, 2011. p. 73-107.
- Resende, H. G.; Votre, S. J. O programa de pós-graduação em educação física da Universidade Gama Filho: características, realizações e desafios. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 24, n. 2, p. 49-74, 2003.
- Rigo, L. C.; Ribeiro, G. M.; Hallal, P. C. Unidade na diversidade: desafios para a educação física no século XXI. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, Pelotas, v. 16, p. 339-345, 2011.
- Rodrigues, L. O. C. Publica mais, ou melhor? O tamanduá olímpico. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 29, n. 1, p. 35-48, set. 2007.
- Schneider, O. et al. Arqueologia das práticas editoriais: 15 anos de um impresso em Movimento. *Movimento*, Porto Alegre, v. 15, p. 23-40, 2009.
- Silva, M. R. Editorial. *Clinics*, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 1-3, fev. 2005.
- Soriano, J. B.; Marchlewski, C.; Maia da Silva, P. A influência do sistema de avaliação Qualis na produção de conhecimento científico: algumas reflexões sobre a Educação Física. *Motriz*, Rio Claro, v. 17, p. 104-116, 2011.
- Vaz, A. F.; Almeida, F. Q.; Bassani, J. J. Editorial. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 30, n. 3, p. 7-8, maio 2009.
- _____. Editorial. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 31, n. 3, p. 7-9, maio 2010.
- _____. Editorial. *Cadernos de Formação RBCE e o CBCE. Cadernos de Formação RBCE*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 7, set. 2012.
- _____. Editorial. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 1-2, jan./mar. 2013.
- Villamón, M. H.; et al. Estudio comparativo de cinco revistas de ciencias del deporte indizadas en WoS. *Revista de Psicología del Deporte*, Barcelona, v. 21, p. 281-287, 2012.